

# ENTREVISTA // OTTO RIBAS

Dr. Brasília

Para o arquiteto, há dois caminhos na defesa da capital: punição rigorosa e educação patrimonial

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

**P**róximo de encerrar o mandato como presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil em Brasília (IAB), Otto Ribas critica o desrespeito ao espaço público, a ineficiência no combate às irregularidades e a falta de uma legislação rigorosa para preservar o tombamento da cidade. Domina como

poucos o assunto: ele sempre focou a carreira na gestão controlada do espaço urbano.

Nascido em novembro de 1956, no Rio de Janeiro, Otto se mudou para Brasília ainda criança. Carioca no registro, mas brasiliense de coração, construiu aqui a vida acadêmica. Em 1981, formou-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Seis anos depois, concluiu o mestrado em Planejamento Urbano na mesma instituição. Em 1989, o arquiteto engrossava o quadro de professores da UnB. Atualmente, ele se dedica à coordenação da pós-graduação da FAU e ao combate às agressões ao tombamento da capital.

Na luta para manter o projeto original da cidade, o arquiteto também esteve ao lado do governo. Foi diretor, em 1990, do então Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Distrito

Federal – hoje Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). No ano seguinte e até 1993, passou a comandar o Instituto de Ecologia e Meio Ambiente – a atual Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). Hoje acredita que a parceria entre o Estado e a sociedade civil é o caminho certo para manter a cidade nos moldes originais.

Terça-feira última, em entrevista exclusiva ao Correio, Otto Ribas

apresentou propostas para a preservação do projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A principal delas é a criação de uma delegacia de defesa do patrimônio na capital. Para o arquiteto, o investimento em educação patrimonial, o fortalecimento da fiscalização e o aumento das punições aos crimes contra o patrimônio público são igualmente fundamentais. A seguir, os principais trechos da entrevista.

## Só as leis não bastam

**CORREIO BRAZILIENSE – Qual a importância da preservação de Brasília?**

**OTTO RIBAS** – O desenho de Brasília inaugurou uma nova estética no mundo, a estética da solidariedade. O projeto pressupõe a minimização quase que absoluta da propriedade privada e a maximização dos espaços públicos. Deveria haver um conjunto de mudanças em nível econômico e social, como a redução da desigualdade social. Infelizmente, esse fenômeno não ocorreu. A sociedade calcada nos modelos de concentração de renda e de valorização da propriedade privada não se adequa ao desenho urbano da capital. Por isso, as pessoas acham o projeto estranho, pensam que tem áreas vazias demais e se apropriam do patrimônio público. É a origem do problema: a falta de consciência por parte da população.

**CORREIO – A falta de consciência está relacionada ao nível econômico e social?**

**OTTO** – Não. Todos que ocupam uma propriedade em Brasília se sentem donos do domínio público ao redor e isso ocorre com ricos e pobres. A apropriação ocorre em nível de solo, subsolo e espaço aéreo. Não vou me surpreender se um dia passar pelo Eixão e houver vários outdoors. Os brasilienses não estão preparados para Brasília. Se apropriam do público, porque não entendem a lógica da cidade. É a ignorância patrimonial.

**CORREIO – Qual a solução?**

**OTTO** – São dois caminhos: a educação patrimonial e o aumento das punições. Por que as pessoas param na faixa de pedestre hoje? Com o tempo as pessoas foram tomando multa e mudaram a postura. É importante ter um instrumento de controle. A econômica é a mais efi-

caz; quando dói no bolso a população muda. A educação patrimonial deve começar na base. As crianças têm de aprender desde cedo a lógica do projeto da cidade e a importância da preservação.

**CORREIO – A legislação atual é adequada para coibir as agressões?**

**OTTO** – O patrimônio público não está protegido por uma lei eficaz. Não há instrumentos de controle. A Constituição Federal prega o interesse social da propriedade, mas não há mecanismos de fiscalização. Há o discurso, mas não há a prática. Estamos muito atrasados se compararmos com o meio ambiente. Quem denuncia um crime ambiental não tem o ônus da prova. É o contrário, cabe ao acusado provar que é inocente, porque o meio ambiente não tem como se defender. É como violentar uma criança, você não pode pedir dela uma prova. A mesma lógica deveria ser aplicada ao patrimônio. A falta de mecanismo de controle abre espaço para as irregularidades, como a privatização da orla do Lago Paranoá. A exemplo do que ocorre com o meio ambiente, deveria haver a delegacia do patrimônio.

**CORREIO – Os espaços vazios que estão previstos no projeto original, mas ainda não foram construídos, como é o caso do Setor de Autarquias Norte, facilitam a agressão?**

**OTTO** – O projeto de Brasília teve um poder de previsão fantástico. Na época em que a cidade foi construída, não havia muitos carros e ainda assim as avenidas são largas. Mas um plano elaborado na década de 50 não pode prever tudo. Defendo a revisão dos espaços ainda não ocupados. O instrumen-

to mais adequado é o concurso público internacional. Primeiro, porque vários arquitetos importantes do mundo gostariam de ter um edifício em Brasília, eles ficam impressionados como um país de terceiro mundo conseguiu manter uma capital como essa. Segundo, porque um concurso internacional daria visibilidade para a cidade e ajudaria a aumentar o sentimento de pertencimento, um orgulho de morar. Um exemplo clássico é o concurso das Pirâmides do Louvre na década de 80. O mesmo poderia ser aplicado ao Setor de Autarquias Norte e ao Setor Hospitalar Norte, que ainda estão vazios.

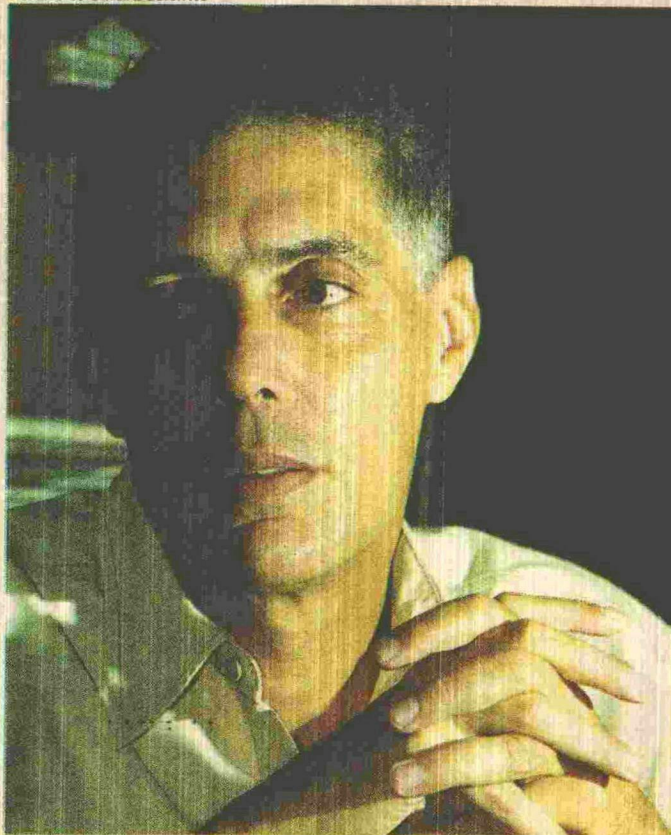
**CORREIO – Muitos criticam o tombamento. Dizem que ele atrapalha o desenvolvimento da cidade.**

**OTTO** – A lógica é inversa. Brasília está desenvolvida porque é tombada. Essas críticas parecem com discurso da década de 70 que pregava que o meio ambiente atrapalhava o desenvolvimento. A maioria dos empresários ainda trabalha com a lógica expansionista. Persegue o retorno imediato. Está equivocado. A lógica vigente em Brasília é o que chamo de capitalismo primário, onde é previsto invadir, apropriar, devastar. Até o próprio capitalismo avançou, mas nós permanecemos estáticos.

**CORREIO – Você acredita que as agressões contra Brasília têm alguma solução?**

**OTTO** – Sou pessimista na razão e otimista na emoção. No início, os mecanismos de defesa do meio ambiente também eram fracos, hoje mudou. Uma resolução do Conama é respeitada. A população tem de se unir com o governo para preservar a cidade. Só os órgãos públicos não são suficientes.

Ronaldo de Oliveira/CB/6.9.05



“

AS CRIANÇAS TÊM DE APRENDER DESDE CEDO A LÓGICA DO PROJETO DA CIDADE E A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO

”